

DIREITO À SAÚDE: DIGNIDADE MENSTRUAL

Autor(res)

Luana Brandão Ribeiro
Júlia Cardoso Costa
Amanda Kamylla Sousa Soares
Verônica Dias Aguiar Costa
Antônia Vitória De Carvalho Costa
Maria Elliza Da Costa Cunha
Adryah Cunha Bueno
Deborah Sousa Lucena
Shannya Maria Pereira De Carvalho Silva
Edylla Lorrany Do Nascimento Fernandes
Gilvan Oliveira Feitosa

Categoria do Trabalho

Trabalho Acadêmico

Instituição

FACULDADE ANHANGUERA

Introdução

O direito à saúde é um princípio fundamental reconhecido internacionalmente, que abrange não apenas o acesso a serviços de saúde, mas também condições que promovem o bem-estar físico, mental e social.

No entanto, a saúde menstrual, apesar de ser uma parte essencial da saúde reprodutiva, frequentemente é negligenciada nos debates e políticas de saúde pública.

Este trabalho visa destacar a importância da dignidade menstrual dentro do quadro do direito à saúde, examinando como a falta de acesso a produtos de higiene menstrual, educação inadequada e estigma social afetam a saúde e o bem-estar das pessoas que menstruam.

Além disso, iremos explorar diferentes abordagens legais e políticas que podem ser adotadas para promover a dignidade menstrual, garantindo assim que todas as pessoas tenham acesso aos recursos necessários para uma menstruação saudável e com dignidade.

Objetivo

Abordar o estigma relacionado à menstruação, expondo a necessidade de incluir este tema nas políticas públicas, garantir o acesso equitativo a produtos de higiene menstrual e promover uma educação inclusiva sobre o ciclo menstrual e saúde é fundamental para superar os desafios enfrentados por muitas pessoas em todo o mundo.

Material e Métodos

O estigma em torno da menstruação é um fenômeno profundamente enraizado em muitas culturas, e seus efeitos podem ser prejudiciais para o bem-estar e a saúde das pessoas que menstruam. Este estigma é alimentado por

uma combinação de fatores, incluindo tabus culturais, desinformação, educação inadequada e até mesmo a falta de acesso a produtos de higiene menstrual adequados.

Desinformação e Educação Inadequada;

Tabus Culturais e Estigmatização;

Acesso Limitado a Produtos de Higiene Menstrual;

Impacto na Saúde Mental e Emocional;

Barreiras ao Acesso à Saúde.

Para combater o estigma associado à menstruação e promover o bem-estar e a saúde das pessoas que menstruam, é fundamental promover a educação menstrual inclusiva, desafiar os tabus culturais e garantir o acesso igualitário a produtos de higiene menstrual e cuidados de saúde adequados. Isso não apenas beneficia as pessoas que menstruam individualmente, mas também promove uma sociedade mais justa e equitativa para todos.

Resultados e Discussão

A falta de acesso a produtos de higiene menstrual é um problema global que afeta a saúde e o bem-estar das mulheres. Em muitas partes do mundo, esses produtos são caros ou simplesmente não estão disponíveis, o que pode levar as mulheres a recorrer à soluções improvisadas, insalubres e até perigosas, como por exemplo, o uso de trapos, papel higiênico, folhas, jornais, ou até mesmo materiais plásticos. Essas alternativas podem causar irritação, infecções e outros problemas de saúde devido à falta de absorção adequada e à possibilidade de introdução de bactérias no corpo. Além disso, algumas mulheres recorrem a métodos extremos, como reutilizar produtos menstruais descartáveis, o que também pode levar a riscos para a saúde. Também pode resultar em evasão escolar e profissional, o que perpetua o estigma em torno da menstruação.

É crucial promover o acesso equitativo a produtos de higiene menstrual como parte dos esforços para garantir a igualdade de gênero e a saúde pública.

Conclusão

Por fim a promoção da dignidade menstrual dentro do quadro do direito à saúde é essencial para garantir o bem-estar físico, mental e social de todas as pessoas que menstruam.

Ao desafiar tabus culturais, fornecer informações precisas e garantir acesso igualitário aos recursos necessários, podemos criar sociedades mais justas e equitativas, onde todas as pessoas tenham a oportunidade de vivenciar uma menstruação saudável e com dignidade.

Referências

GUIMARÃES, M. et al. Revista Pesquisa Fapesp. Disponível em: <<https://revistapesquisa.fapesp.br>>.

Ministério da Saúde. Farmácia Popular oferece absorventes gratuitos em 954 estabelecimentos do Espírito Santo. Disponível em: <<https://images.app.goo.gl/TFAuGLVJXr9611qR7>>.

[Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 2016